



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE BENTO GONÇALVES EM 19.04.2017

Aos 19 dias do mês de abril de 2017, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Bento Gonçalves, o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo n. 0001605-52.2017.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pela Coordenadora Silvana Santanna Muller, lotada nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelo Gestor da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da última correição realizada: 05.04.2016

Data de Implantação do PJe: 05.09.2014

Jurisdição: Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Carlos Barbosa, Coronel Pilar, Cotiporã, Dois Lajeados, Fagundes Varela, Garibaldi, Guabiju, Monte Belo do Sul, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Prata, Paraí, Pinto Bandeira, Protásio Alves, Santa Tereza, São Jorge, São Valentim do Sul, Veranópolis, Vila Flores, Vista Alegre do Prata.

1.1 Período Correcionado: de 01.01.2016 a 19.04.2017

2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Na data da Correição a Direção do Foro estava sendo exercida interinamente pelo Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves, Silvionei do Carmo.

2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Bento Gonçalves gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

disposto nos artigos 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional.

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Silvana Santanna Muller	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Coordenador (CJ1)	12.07.2010
2	Himmler Max Meira Liebig	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	14.04.2011
3	Luciano Ecco	Técnico Judiciário – Serviços Diversos	-	15.12.2003
SEG	Jose Ricardo de Moraes Gesswei	Técnico Judiciário – Especialidade Segurança	-	04.05.2016
SEG	Newton Correa Brigoni	Técnico Judiciário – Especialidade Segurança	-	08.08.2007

Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Alberto Tawada Junior	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	14.07.2008
2	Alessandro Araldi Marcon	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	13.12.2005
3	Luciano Menezes Rota	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	17.09.2007
4	Tatiana Nique Franz	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	19.10.2009

(Fonte: Consulta ao Sistema RH do TRT4 em 10.04.2017)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Servidor Lotado no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata			
Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
Jones Márcio Fiorenza Colpo	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	16.08.2010

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o período correccionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
1	Silvana Santanna Muller	LPF- Doença em pessoa da família	4	4
2	Himmler Max Meira Liebig	LTS - Tratamento de Saúde	35	35
3	Jose Ricardo de Moraes Gesswein	PD- Prazo para deslocamento	10	10

Servidores Lotados na Central de Mandados			
	Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento
			Total (em dias)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1	Alessandro Araldi Marcon	CASA- Casamento	8	10
		CURS- Cursos, congressos, seminários, etc	2	
2	Luciano Menezes Rota	CURS- Cursos, congressos, seminários, etc	2	2
3	Tatiana Nique Franz	CURS- Cursos, congressos, seminários, etc	4	54
4	Tatiana Nique Franz	LTS - Tratamento de Saúde	50	

(Fonte: Consulta ao Sistema BI TRT4 em 10.04.2017)

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Elisabete Rosana Pfaffenzeller	04.02.2016	03.05.2016	2 meses e 30 dias	Lotação no setor de segurança das Varas de Porto Alegre

Central de Mandados					
-	-	-	-	-	-

2.2.5 Estagiários

A Unidade Judiciária não conta com estagiário de Direito, conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.04.2017.

3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumento s dispensados
Abr-2015 a Mar-2016	808	R\$ 4.470,79	R\$ 0,00
Média mensal	67,33	R\$ 372,57	R\$ 0,00
Abr-2016 a Mar-2017	901	R\$ 4.984,03	R\$ 0,00
Média mensal	75,08	R\$ 415,34	R\$ 0,00
Variação	11,51%	11,48%	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 11.04.2017)

Conforme dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 75,08 certidões negativas por mês no período de abril de 2016 a março de 2017, média 11,51% maior que a verificada no período anterior.

Segundo informado pela Coordenadora, as certidões são expedidas e entregues em dois dias úteis. Após a expedição das certidões, a unidade mantém arquivados o requerimento assinado e a guia GRU paga pelo período de 180 dias.

3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

3.2.1 Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
Reclamadas	18.394 – 93,01%	1.383 – 6,99%	19.777
Processos com reclamadas	56.599 (Totalmente) – 96,98%	1.187 – 2,03%	58.359
	573 (parcialmente) – 0,98%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.04.2017)

O artigo 41, §4º, da CPCR dispõe que os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região.

De acordo com os dados do sistema informatizado inFOR, consultados no dia 11.04.2017, 93,01% das reclamadas dos processos físicos do Foro de Bento Gonçalves encontravam-se com cadastro unificado.

Os processos cujo cadastro de reclamadas se encontrava totalmente unificado alcançaram o percentual de 96,98% dos que tramitam no Foro. Nesse



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

particular, o percentual sofreu pequena redução em relação aos dados apresentados no ano de 2016 (97,01%).

Segundo a Coordenadora, todas as informações pertinentes à atualização de endereços de reclamadas são imediatamente lançadas no sistema inFOR, sejam elas provenientes das certidões dos Oficiais de Justiça, dos expedientes encaminhados pela Corregedoria Regional ou da consulta ao sítio da Receita Federal do Brasil. Quando determinada a inclusão de mais reclamadas ou sócios no polo passivo, é feita a consulta do nome informado no sítio da Receita Federal pelo CPF ou CNPJ registrado. Se não foram informados estes últimos dois dados, realiza-se a conferência entre outros nomes semelhantes existentes no inFOR. Os dados referentes às reclamadas são conferidos no sítio da Receita Federal do Brasil e no sítio da SEFAZ.

Referiu a Coordenadora que o cadastro unificado dos processos físicos é utilizado para os processos eletrônicos: no momento da triagem de iniciais dos processos do PJe são aproveitados os dados do inFOR quando o cadastro eletrônico não possui informações completas, como CPF/CNPJ e endereço.

3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
		Unificados	Não unificados	Total
Endereços dos Advogados		6.562 – 99,71%	19 – 0,29%	6.581
Processos com Endereços de Advogados	Reclamante	58.333 (Totalmente) – 99,96%	23 - 0,04%	58.359
		3 (parcialmente) – 0,01%		
	Reclamada	58.265 (Totalmente) – 99,84%	25 – 0,04%	58.359
		69 (parcialmente) – 0,12%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.04.2017)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, quase 100% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Bento Gonçalves encontravam-se unificados, situação essa já verificada na inspeção anterior e que se mantém.

3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS			
		Unificados	Não unificados
Órgãos		1063 – 100%	0
Processos com Órgãos		4911 – 100%	0

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.04.2017)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

De acordo com o sistema informatizado, 100% do cadastro de órgãos públicos se encontrava unificado, dado esse já verificado nas últimas inspeções correcionais.

3.3 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS

	Abr-2015 a Mar-2016	Abr-2016 a Mar-2017	Variação
Carta precatória	1	-	-100,00%
Embargos de Terceiro	11	12	9,09%
Reclamatória-Ordinário	-	1	-
Reclamatória-Sumaríssimo	-	-	-
TOTAL	12	13	8,33%
MÉDIA POR MÊS	1,00	1,08	8,33%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.04.2017)

No período de abril de 2016 a março de 2017, foram distribuídas 13 novas ações em **processos físicos** no Foro de Bento Gonçalves, registrando-se uma média de 1,08 distribuições por mês. Esse número foi maior em 01 (uma) unidade em relação aos processos físicos distribuídos no período anterior.

Vale aqui ressaltar que a implantação do processo judicial eletrônico no Foro ocorreu em 12.09.2014.

3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

	Total	Dias úteis	Média diária
Abr-2015 a Mar-2016	19.413	223	87,05
Abr-2016 a Mar-2017	13.629	224	60,84
Variação	-29,79%	0,45%	-30,11%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.04.2017)

No período compreendido entre abril de 2016 e março de 2017 foram protocolizadas 13.629 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 60,84 registros diários de petições. Na comparação com o período anterior, constata-se uma queda de 30,11% na média diária de petições e documentos protocolizados devido à implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT.



3.5 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCR incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Bento Gonçalves está localizado no subsolo do prédio.

A unidade recebe os lotes enviados pelas Varas e confere se os processos listados estão todos no pacote e se o número de volumes está correto. Em caso de equívoco, devolve o lote à respectiva Vara para as devidas providências. Caso esteja tudo correto, a CCDF lança no INFOR o recebimento dos lotes das varas.

Observou a Coordenadora que o registro do INFOR gera uma sequência numérica contínua, não permitindo o uso de um mesmo número de lote para Varas diferentes. Desta forma, a guia lançada pela unidade ao realizar o recebimento do lote no INFOR poderá não ser a mesma informada pela vara de origem. Sugeriu a Coordenadora que o INFOR abrisse uma sequência de lotes diferente para cada Vara.

3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

Processos em carga com prazo excedido			
Processo	Data da Carga	Data prevista para devolução	Prazo de carga excedido (em dias)
0064700-95.2005.5.04.0511	13/03/2017	23/03/2017	19
0064600-43.2005.5.04.0511	13/03/2017	23/03/2017	19
0089900-65.2009.5.04.0511	13/03/2017	23/03/2017	19
0048800-33.2009.504.0511	16/03/2017	27/03/2017	15

4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPCR, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento.

Atualmente, a jurisdição do Foro Trabalhista de Bento Gonçalves está dividida em 5 setores:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Setor 1 – Bento Gonçalves/Norte: composto pelos seguintes bairros de Bento Gonçalves: bairros Borgo, Cohab, Humaitá, Licorsul, Maria Goretti, Linha Pedro Salgado, Progresso, São Francisco, Universitário, Vila Nova I e II, Centro Distrito Industrial, Linha Buratti, Loteamento Panazzolo, ruas Carlos Flores, Gal. Cós Monteiro, Giovani Grando Filho e Rua Treze de Maio do nº 01 a 600.

Setor 2 – Bento Gonçalves/Sul: composto pelos seguintes bairros de Bento: Bela Vista, Barracão, Botafogo, Cidade Alta, Conceição, Cruzeiro, Eucaliptos, Fátima, Fenavinho, Imigrante, Jardim Glória, Juventude da Enologia, Merlot, Municipal, Planalto, Pomarosa, Santa Helena, Santa Marta, Santa Rita, Santo Antônio, São Bento, Tancredo Neves, Vinosul, Vista Alegre, Distrito de Tamandaré, Loteamento Floresta, São Carlos, São Rafael, Verona, Paema Embalagens e rua Treze de Maio a partir do nº 601.

Setor 3 – Garibaldi e Carlos Barbosa: início da rodovia BR 470, Km 219 até Km 222 (Trevo da Telasul), rua Lino Colussi, SCA, Pratomil, CBP Colchões, municípios de Carlos Barbosa, Coronel Pilar, Boa Vista do Sul e Garibaldi, salvo o distrito de Tamandaré.

Setor 4 – Guaporé e outros: composto pelas seguintes localidades: bairro Aparecida, Panorâmico, Nossa Senhora do Carmo, São João, São Roque, Ouro Verde, Vinhedos, Caminhos da Eulália e Zatt, Comunidade Santo Antoninho, Distritos de Faria Lemos, São Pedro, São Vendelino, São Valentim e Tuiuty, municípios de Dois Lajeados, Guaporé, Monte Belo do Sul, São Valentim do Sul, Santa Tereza, Pinto Bandeira e União da Serra, Linhas Eulália, Leopoldina, Palmeiro, Paulina, Pradel, Zemith, Oito da Graciema, Loteamento Althaus, Cembranel, Vale dos Vinhedos e Unicasa.

Setor 5 – Nova Prata

Em cumprimento ao disposto no art. 123 da CPCR, a Coordenadora da Central de Mandados informou que o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores 1 e 4 é realizado a cada 03 meses.

Atualmente (desde 01.04.2017), os setores estão a cargo dos seguintes oficiais:

- setor 1: Alessandro Araldi Marcon;
- setor 2: Luciano Menezes Rota;
- setor 3: Alberto Tawada Junior;
- setor 4: Tatiana Nique Franz;
- setor 5: Jones Colpo Fiorenza.

4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

Os mandados físicos, oriundos do sistema inFOR, são entregues aos Oficiais de Justiça nas segundas-feiras e, em caso de feriado na data programada, no próximo dia útil. Os mandados e notificações oriundos do PJe



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

são encaminhados diariamente aos Oficiais. No caso de mandados urgentes ou plantões, os oficiais são avisados por telefone e informados da urgência do cumprimento da diligência.

O plantão é atendido pelo Oficial designado conforme a escala prevista para o semestre, o qual atenderá as diligências de urgência ocorridas entre o horário das 18h às 8h do dia seguinte e no período do recesso forense. O revezamento é feito semanalmente, de forma sequencial, dividindo-se entre os quatro Oficiais de Justiça lotados em Bento Gonçalves. A divisão observa o período de férias do Oficial e dos quatro maiores feriados anuais (Carnaval, Páscoa, Natal e Ano Novo) de forma que um Oficial fique responsável por apenas um desses feriados por ano, revezando-se os feriados nos anos posteriores.

A devolução dos mandados é registrada imediatamente no sistema correspondente e entregue à Vara no final do dia, quando não se tratar de demanda urgente. Havendo urgência, o mandado é devolvido e entregue à Vara imediatamente.

Afirmou a Coordenadora ser feito o controle dos prazos através dos painéis dos Oficiais de Justiça no sistema inFOR e no PJe. Os mandados/diligências que não podem ser controladas pelo sistema, como no caso daqueles que são enviados pelo PAJT de Nova Prata, sofrem controle físico, feito com o uso de uma tabela.

4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Processos Físicos		
Mês/Ano	Total	Média mensal
Abr-2015 a Mar-2016	768	64,00
Abr-2016 a Mar-2017	604	50,33
Variação (%)	-21,35%	-21,35%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.04.2017)

Processos Eletrônicos (PJe-JT)		
Mês/Ano	Total	Média mensal
Abr-2015 a Mar-2016	1.542	128,50



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Abr-2016 a Mar-2017	1.791	149,25
Variação	16,15%	16,15%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 11.04.2017)

Entre abril de 2016 e março de 2017, a Central de Mandados de Bento Gonçalves recebeu 2.395 mandados, sendo 604 de processos físicos e 1.791 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 199,58 mandados recebidos, média 3,68% maior que a verificada no período anterior (192,5 mandados).

Em face da implantação do PJe-JT no Foro, verificou-se redução de 21,35% na média mensal de mandados oriundos de processos físicos. Em contrapartida, a média foi elevada em 16,15% nos processos eletrônicos.

4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS			
	Abr-2015 a Mar-2016	Abr-2016 a Mar-2017	Variação
Busca e Apreensão	3	3	0,00%
Citação	222	171	-22,97%
Condução de Testemunha	2	0	-100,00%
Notificação	159	97	-38,99%
Penhora	303	232	-23,43%
Outros	108	85	-21,30%
Total	797	588	-26,22%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.04.2017)

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS			
	Abr-2015 a Mar-2016	Abr-2016 a Mar-2017	Variação
Notificação	1.242	1.321	6,36%
Mandado	294	391	32,99%
Ofício	7	44	528,57%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Total	1.543	1.756	13,80%
--------------	--------------	--------------	---------------

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 11.04.2017)

Foram cumpridos 2.344 mandados pelos Oficiais de Justiça avaliadores no período compreendido entre abril de 2016 e março de 2017, dos quais 588 oriundos de processos físicos e 1.756 de processos eletrônicos. Em relação aos processos físicos, houve redução de 26,22% no número de mandados cumpridos. Nos processos eletrônicos, houve aumento de 13,18% na comparação com o período anterior.

Nos processos físicos, a penhora foi a espécie mais frequente de diligência; nos processos eletrônicos, as notificações.

4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS			
	Abr-2015 a Mar-2016	Abr-2016 a Mar-2017	Variação
Busca e Apreensão	5,00	8,33	66,67%
Citação	24,49	29,15	19,01%
Condução de Testemunha	14,00	-	-
Notificação	12,74	15,05	18,18%
Penhora	36,59	48,94	33,76%
Outros	16,81	23,72	41,05%
Prazo Médio Geral	25,61	33,74	31,77%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.04.2017)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)			
	Abr-2015 a Mar-2016	Abr-2016 a Mar-2017	Variação
Notificação	9,37	9,88	5,46%
Mandado	18,80	32,51	72,91%
Ofício	10,29	9,75	-5,21%
Prazo Médio Geral	11,17	14,91	33,54%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 11.04.2017)

Da análise dos dados, constata-se que o tempo médio para cumprimento dos mandados em processos físicos pela Central de Mandados de Bento Gonçalves aumentou 31,77% no período de abril de 2016 a março de 2017. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado, e excluídos os mandados de condução de testemunha, constata-se que as penhoras foram as diligências que demandaram maior tempo para cumprimento.

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o prazo médio para cumprimento das diligências pelos Oficiais de Justiça avaliadores foi de 14,91 dias, 33,54% maior que o do período anterior. Dentre as diferentes espécies, o prazo mais elevado foi registrado naqueles classificados como “mandados” (32,51 dias).

4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos Oficiais de Justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS FÍSICOS				
	Abr-2015 a Mar-2016	Percentual Correspondente	Abr-2016 a Mar-2017	Percentual Correspondente
Busca e Apreensão	1	33,33%	1	33,33%
Citação	92	41,44%	95	55,56%
Condução de Testemunha	2	100,00%	0	-
Notificação	54	33,96%	42	43,30%
Penhora	178	58,75%	157	67,67%
Outros	39	36,11%	51	60,00%
Total Geral	366	45,92%	346	58,84%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.04.2017)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	Abr-2015 a Mar-2016	Percentual Correspondente	Abr-2016 a Mar-2017	Percentual Correspondente
Notificação	461	37,12%	454	34,37%
Mandado	138	46,94%	234	59,85%
Ofício	2	28,57%	19	43,18%
Total	601	38,95%	707	40,26%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 11.04.2017)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o *caput* do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que foi significativo o número de mandados cumpridos após o decurso do prazo legal.

Em relação aos processos físicos, constatou-se a devolução de 346 mandados após o decurso do prazo legal, valor correspondente a 58,84% de todos os mandados cumpridos, havendo aumento em relação ao percentual de mandados devolvidos com atraso no período anterior, que foi de 45,92%. Dentre essas diligências, as penhoras foram aquelas que apresentaram o maior índice de devolução com atraso.

Quanto aos mandados emitidos em processos eletrônicos, constatou-se que 707 foram devolvidos com atraso pelos Oficiais de Justiça avaliadores, o equivalente a 40,26% de todos os mandados cumpridos no período, havendo aumento em relação ao percentual de mandados devolvidos com atraso no período anterior, que foi de 38,95%. Dentre essas diligências, aquelas classificadas como “notificações” apresentam maior índice de devolução com atraso.

Relaciona-se no quadro abaixo os mandados que levaram mais tempo para serem cumpridos pela central de mandados de Bento Gonçalves:

Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos físicos)				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0000528-97.2012.5.04.0512	PENHORA	08/09/15	18/05/16 14:45	253
0001122-77.2013.5.04.0512	PENHORA	11/07/16	20/03/17 15:07	252
0001122-77.2013.5.04.0512	PENHORA	11/07/16	20/03/17 15:08	252
0001105-10.2014.5.04.0511	CITAÇÃO	18/07/16	20/03/17 15:13	245
0000507-90.2013.5.04.0511	OUTROS	18/07/16	20/03/17 15:32	245
0000186-18.2014.5.04.0512	PENHORA	08/09/15	06/05/16 09:42	241
0048000-05.2009.5.04.0511	CITAÇÃO	25/07/16	20/03/17 15:10	238
0000041-04.2010.5.04.0511	PENHORA	28/06/16	10/02/17 10:37	227
0000041-04.2010.5.04.0511	CITAÇÃO	28/06/16	10/02/17 10:45	227



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0001638-03.2013.5.04.0511	CITAÇÃO	08/08/16	20/03/17 15:12	224
0000086-34.2012.5.04.0512	PENHORA	15/08/16	20/03/17 15:34	217
0000086-34.2012.5.04.0512	PENHORA	15/08/16	20/03/17 15:37	217
0000599-65.2013.5.04.0512	PENHORA	22/08/16	20/03/17 15:11	210
0001865-87.2013.5.04.0512	PENHORA	29/08/16	20/03/17 15:33	203
0001371-62.2012.5.04.0512	PENHORA	03/08/16	10/02/17 10:41	191
0001391-19.2013.5.04.0512	CITAÇÃO	08/08/16	14/02/17 17:38	190
0021800-97.2005.5.04.0511	PENHORA	12/09/16	20/03/17 15:39	189
0001458-52.2011.5.04.0512	PENHORA	08/08/16	10/02/17 11:38	186
0001909-12.2013.5.04.0511	CITAÇÃO	16/11/15	11/05/16 09:36	177
0000815-34.2010.5.04.0511	PENHORA	19/10/15	06/04/16 09:59	170
0001792-18.2013.5.04.0512	PENHORA	29/08/16	10/02/17 11:17	165
0029000-16.2009.5.04.0512	PENHORA	30/08/16	10/02/17 10:44	164
0001306-36.2013.5.04.0511	PENHORA	05/09/16	13/02/17 12:03	161
0097700-47.2009.5.04.0511	PENHORA	05/09/16	10/02/17 10:40	158
0001253-21.2014.5.04.0511	PENHORA	05/09/16	10/02/17 11:18	158
0001534-45.2012.5.04.0511	PENHORA	05/09/16	10/02/17 11:17	158
0001411-18.2010.5.04.0511	PENHORA	05/09/16	10/02/17 10:40	158
0126000-21.2006.5.04.0512	PENHORA	05/09/16	10/02/17 16:06	158
0126000-21.2006.5.04.0512	PENHORA	05/09/16	10/02/17 16:07	158
0001284-75.2013.5.04.0511	NOTIFICAÇÃO	12/09/16	14/02/17 17:38	155
0049000-71.2008.5.04.0512	PENHORA	20/06/16	11/11/16 17:08	144



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0164700-32.2007.5.04.0512	PENHORA	20/06/16	11/11/16 17:07	144
0000822-89.2011.5.04.0511	PENHORA	25/07/16	01/12/16 10:50	129
0000618-11.2012.5.04.0511	CITAÇÃO	11/01/16	18/05/16 13:33	128
0005800-77.2009.5.04.0512	CITAÇÃO	11/01/16	18/05/16 14:25	128
0005800-77.2009.5.04.0512	PENHORA	11/01/16	18/05/16 14:21	128
0001209-70.2012.5.04.0511	PENHORA	11/01/16	17/05/16 15:24	127
0048400-55.2005.5.04.0512	PENHORA	18/01/16	19/05/16 11:21	122
0000098-77.2014.5.04.0512	PENHORA	11/01/16	11/05/16 09:37	121
0001232-50.2011.5.04.0511	PENHORA	01/08/16	23/11/16 15:58	114
0000031-15.2014.5.04.0512	PENHORA	03/11/16	23/02/17 13:17	112
0000265-36.2010.5.04.0512	PENHORA	01/02/16	18/05/16 14:40	107
0000075-73.2010.5.04.0512	OUTROS	01/02/16	17/05/16 15:25	106
0001095-68.2011.5.04.0511	PENHORA	05/02/16	18/05/16 14:34	103
0000805-87.2010.5.04.0511	PENHORA	05/02/16	18/05/16 13:27	103
0048400-68.1999.5.04.0511	PENHORA	11/07/16	19/10/16 17:21	100
0048400-68.1999.5.04.0511	PENHORA	11/07/16	19/10/16 17:20	100
0000528-97.2012.5.04.0512	PENHORA	08/09/15	18/05/16 14:45	253
0001122-77.2013.5.04.0512	PENHORA	11/07/16	20/03/17 15:07	252
0001122-77.2013.5.04.0512	PENHORA	11/07/16	20/03/17 15:08	252
0001105-10.2014.5.04.0511	CITAÇÃO	18/07/16	20/03/17 15:13	245

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.04.2017)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos eletrônicos)				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0020057-34.2014.5.04.0512	Mandado	29/6/2016	27/3/2017	271
0021139-32.2016.5.04.0512	Mandado	26/7/2016	15/3/2017	232
0021274-44.2016.5.04.0512	Mandado	20/6/2016	27/1/2017	221
0021492-72.2016.5.04.0512	Mandado	8/8/2016	15/3/2017	219
0021418-21.2016.5.04.0511	Mandado	26/7/2016	22/2/2017	211
0021723-39.2015.5.04.0511	Mandado	20/10/2015	16/5/2016	209
0021538-61.2015.5.04.0006	Mandado	10/8/2016	5/3/2017	207
0021943-37.2015.5.04.0511	Mandado	10/11/2015	10/5/2016	182
0020499-97.2014.5.04.0512	Mandado	19/11/2015	16/5/2016	179
0021831-65.2015.5.04.0512	Mandado	19/11/2015	16/5/2016	179
0020921-04.2016.5.04.0512	Mandado	22/9/2016	13/3/2017	172
0021571-88.2015.5.04.0511	Mandado	29/10/2015	13/4/2016	167
0020534-60.2014.5.04.0511	Mandado	29/10/2015	12/4/2016	166
0020821-86.2015.5.04.0511	Mandado	29/10/2015	12/4/2016	166
0020226-21.2014.5.04.0512	Mandado	7/12/2015	16/5/2016	161
0020261-47.2015.5.04.0511	Mandado	7/12/2015	16/5/2016	161
0021712-07.2015.5.04.0512	Mandado	11/12/2015	18/5/2016	159
0021941-30.2016.5.04.0512	Mandado	10/10/2016	16/3/2017	157
0020239-49.2016.5.04.0512	Mandado	1/8/2016	16/12/2016	137
0020239-49.2016.5.04.0512	Mandado	1/8/2016	16/12/2016	137



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020191-27.2015.5.04.0512	Mandado	7/12/2015	12/4/2016	127
0021064-27.2015.5.04.0512	Mandado	18/1/2016	16/5/2016	119
0020101-53.2014.5.04.0512	Mandado	18/1/2016	10/5/2016	113
0020187-24.2014.5.04.0512	Mandado	16/11/2016	7/3/2017	111
0022055-06.2015.5.04.0511	Mandado	18/12/2015	5/4/2016	109
0021734-25.2015.5.04.0202	Mandado	18/11/2016	7/3/2017	109
0021653-85.2016.5.04.0511	Mandado	8/8/2016	22/11/2016	106
0021660-11.2015.5.04.0512	Mandado	8/8/2016	22/11/2016	106
0021660-11.2015.5.04.0512	Mandado	8/8/2016	22/11/2016	106
0022256-95.2015.5.04.0511	Mandado	10/2/2016	25/5/2016	105
0022266-39.2015.5.04.0512	Mandado	2/2/2016	16/5/2016	104
0021435-57.2016.5.04.0511	Mandado	26/7/2016	7/11/2016	104
0021499-67.2016.5.04.0511	Mandado	26/7/2016	4/11/2016	101

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.04.2017)

4.3.5 Mandados pendentes de devolução no sistema informatizado

Mediante consulta ao sistema informatizado inFOR, foi constatada a existência de 62 mandados pendentes de devolução nos processos físicos.

Nº Processo	Nº Carga OJ	Data da Distribuição	Tipo de documento
0026600-86.1996.5.04.0511	511-00191/16	06/06/16	OUTROS
0000987-05.2012.5.04.0511	511-00209/16	28/06/16	PENHORA
0024600-93.2008.5.04.0511	511-00213/16	04/07/16	NOTIFICAÇÃO
0001122-77.2013.5.04.0512	512-00224/16	11/07/16	PENHORA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0001122-77.2013.5.04.0512	512-00225/16	11/07/16	PENHORA
0000822-89.2011.5.04.0511	511-00246/16	25/07/16	PENHORA
0001844-17.2013.5.04.0511	511-00263/16	08/08/16	NOTIFICAÇÃO
0001391-19.2013.5.04.0512	512-00250/16	08/08/16	CITAÇÃO
0000067-91.2013.5.04.0512	512-00263/16	15/08/16	CITAÇÃO
0000207-62.2012.5.04.0512	512-00271/16	15/08/16	PENHORA
0001279-84.2012.5.04.0512	512-00286/16	24/08/16	PENHORA
0001147-30.2012.5.04.0511	511-00298/16	29/08/16	PENHORA
0001041-31.2013.5.04.0512	512-00296/16	29/08/16	PENHORA
0001041-31.2013.5.04.0512	512-00297/16	29/08/16	PENHORA
0001194-33.2014.5.04.0511	511-00299/16	05/09/16	CITAÇÃO
0001194-35.2011.5.04.0512	512-00328/16	19/09/16	OUTROS
0001340-11.2013.5.04.0511	511-00390/16	16/12/16	PENHORA
0077700-26.2009.5.04.0511	511-00409/16	09/01/17	PENHORA
0001055-85.2012.5.04.0403	512-00010/17	23/01/17	CITAÇÃO
0001055-85.2012.5.04.0403	512-00011/17	23/01/17	CITAÇÃO
9999900-89.1999.5.04.0512	512-00014/17	03/02/17	OUTROS
0001473-53.2013.5.04.0511	511-00017/17	07/02/17	PENHORA
0030800-82.2009.5.04.0511	511-00371/16	10/02/17	PENHORA
0001306-36.2013.5.04.0511	511-00304/16	13/02/17	PENHORA
0000807-49.2013.5.04.0512	512-00018/17	13/02/17	PENHORA
0001093-64.2012.5.04.0511	511-00018/17	14/02/17	CITAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0001093-64.2012.5.04.0511	511-00019/17	14/02/17	CITAÇÃO
0001093-64.2012.5.04.0511	511-00020/17	14/02/17	CITAÇÃO
0001093-64.2012.5.04.0511	511-00021/17	14/02/17	CITAÇÃO
0001535-93.2013.5.04.0511	511-00025/17	14/02/17	PENHORA
0001450-44.2012.5.04.0511	511-00023/17	20/02/17	PENHORA
0064500-49.2009.5.04.0511	511-00033/17	20/02/17	PENHORA
0001371-62.2012.5.04.0512	512-00022/17	20/02/17	PENHORA
0001209-67.2012.5.04.0512	512-00024/17	20/02/17	PENHORA
0001279-84.2012.5.04.0512	512-00030/17	20/02/17	OUTROS
0000905-05.2011.5.04.0512	512-00031/17	01/03/17	CITAÇÃO
0000905-05.2011.5.04.0512	512-00032/17	01/03/17	CITAÇÃO
0000905-05.2011.5.04.0512	512-00033/17	01/03/17	CITAÇÃO
0001406-93.2010.5.04.0511	511-00035/17	06/03/17	OUTROS
0001232-50.2011.5.04.0511	511-00036/17	06/03/17	PENHORA
0000330-63.2012.5.04.0511	511-00037/17	06/03/17	CITAÇÃO
0001539-04.2011.5.04.0511	511-00038/17	06/03/17	PENHORA
0000509-60.2013.5.04.0511	511-00040/17	06/03/17	CITAÇÃO
0000509-60.2013.5.04.0511	511-00046/17	06/03/17	CITAÇÃO
0000916-63.2013.5.04.0512	512-00036/17	06/03/17	CITAÇÃO
0000916-63.2013.5.04.0512	512-00037/17	06/03/17	CITAÇÃO
0000916-63.2013.5.04.0512	512-00038/17	06/03/17	CITAÇÃO
0041400-96.2008.5.04.0512	512-00039/17	13/03/17	PENHORA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0045300-68.2000.5.04.0512	512-00041/17	13/03/17	PENHORA
0000952-13.2010.5.04.0512	512-00042/17	13/03/17	PENHORA
0000952-13.2010.5.04.0512	512-00043/17	13/03/17	PENHORA
0000952-13.2010.5.04.0512	512-00044/17	13/03/17	PENHORA
0000952-13.2010.5.04.0512	512-00045/17	13/03/17	PENHORA
0000952-13.2010.5.04.0512	512-00046/17	13/03/17	PENHORA
0000679-92.2014.5.04.0512	512-00047/17	13/03/17	OUTROS
0000679-92.2014.5.04.0512	512-00048/17	13/03/17	OUTROS
0000805-87.2010.5.04.0511	511-00051/17	20/03/17	CITAÇÃO
0000592-47.2011.5.04.0511	511-00056/17	20/03/17	CITAÇÃO
0001257-89.2013.5.04.0512	512-00049/17	20/03/17	PENHORA
0001418-02.2013.5.04.0512	512-00052/17	20/03/17	PENHORA
0000691-14.2011.5.04.0512	512-00053/17	27/03/17	CITAÇÃO
0044200-39.2004.5.04.0512	512-00054/17	27/03/17	PENHORA

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.04.2017)

Também o sistema PJe-JT, no dia 11.04.2017, apresentava 62 mandados sem registro de cumprimento, sendo o mais antigo distribuído em 01.12.2016.

Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça
0021699-52.2015.5.04.0271	1/12/2016	Notificação	TATIANA NIQUE FRANZ
0020687-92.2015.5.04.0403	6/12/2016	Mandado	LUCIANO MENEZES ROTA
0020099-52.2015.5.04.0511	16/12/2016	Mandado	LUCIANO MENEZES ROTA
0020222-35.2016.5.04.0731	10/1/2017	Notificação	LUCIANO MENEZES ROTA
0022095-48.2016.5.04.0512	23/1/2017	Mandado	ALBERTO TAWADA JUNIOR



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0021436-39.2015.5.04.0006	6/2/2017	Mandado	ALBERTO TAWADA JUNIOR
0020422-20.2016.5.04.0512	6/2/2017	Mandado	ALBERTO TAWADA JUNIOR
0022438-44.2016.5.04.0512	7/2/2017	Mandado	LUCIANO MENEZES ROTA
0020179-79.2016.5.04.0511	10/2/2017	Ofício	ALBERTO TAWADA JUNIOR
0020499-03.2014.5.04.0511	17/2/2017	Mandado	ALBERTO TAWADA JUNIOR
0020023-25.2015.5.04.0512	20/2/2017	Mandado	ALBERTO TAWADA JUNIOR
0020117-05.2017.5.04.0511	21/2/2017	Mandado	ALBERTO TAWADA JUNIOR
0020011-45.2014.5.04.0512	1/3/2017	Mandado	TATIANA NIQUE FRANZ
0021083-36.2015.5.04.0511	6/3/2017	Mandado	TATIANA NIQUE FRANZ
0020362-16.2017.5.04.0511	6/3/2017	Notificação	ALBERTO TAWADA JUNIOR
0020397-73.2017.5.04.0511	9/3/2017	Notificação	ALBERTO TAWADA JUNIOR
0022184-74.2016.5.04.0511	9/3/2017	Notificação	ALBERTO TAWADA JUNIOR
0020206-25.2017.5.04.0512	15/3/2017	Notificação	ALBERTO TAWADA JUNIOR
0021287-32.2014.5.04.0021	20/3/2017	Mandado	LUCIANO MENEZES ROTA
0021261-45.2016.5.04.0512	20/3/2017	Mandado	ALBERTO TAWADA JUNIOR
0020395-03.2017.5.04.0512	20/3/2017	Mandado	ALBERTO TAWADA JUNIOR
0021012-34.2015.5.04.0511	20/3/2017	Notificação	LUCIANO MENEZES ROTA
0021852-07.2016.5.04.0512	20/3/2017	Mandado	LUCIANO MENEZES ROTA
0020211-47.2017.5.04.0512	21/3/2017	Notificação	ALBERTO TAWADA JUNIOR
0020327-53.2017.5.04.0512	21/3/2017	Notificação	ALBERTO TAWADA JUNIOR
0021615-13.2016.5.04.0531	21/3/2017	Notificação	ALBERTO TAWADA JUNIOR
0020121-42.2017.5.04.0511	22/3/2017	Notificação	ALBERTO TAWADA JUNIOR
0020224-65.2017.5.04.0732	24/3/2017	Notificação	ALBERTO TAWADA JUNIOR



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020328-41.2017.5.04.0511	24/3/2017	Mandado	TATIANA NIQUE FRANZ
0020366-53.2017.5.04.0511	24/3/2017	Mandado	TATIANA NIQUE FRANZ
0020327-56.2017.5.04.0511	24/3/2017	Mandado	TATIANA NIQUE FRANZ
0020474-79.2017.5.04.0512	24/3/2017	Notificação	ALBERTO TAWADA JUNIOR
0020353-85.2016.5.04.0512	27/3/2017	Mandado	TATIANA NIQUE FRANZ
0020976-65.2014.5.04.0013	27/3/2017	Notificação	TATIANA NIQUE FRANZ
0020160-70.2016.5.04.0512	27/3/2017	Mandado	TATIANA NIQUE FRANZ
0020566-60.2017.5.04.0511	28/3/2017	Notificação	TATIANA NIQUE FRANZ
0020478-22.2017.5.04.0511	28/3/2017	Notificação	TATIANA NIQUE FRANZ
0020487-81.2017.5.04.0511	28/3/2017	Notificação	TATIANA NIQUE FRANZ
0020024-42.2017.5.04.0511	28/3/2017	Notificação	TATIANA NIQUE FRANZ
0020512-91.2017.5.04.0512	28/3/2017	Notificação	TATIANA NIQUE FRANZ
0021970-80.2016.5.04.0512	28/3/2017	Notificação	LUCIANO MENEZES ROTA
0020407-20.2017.5.04.0511	30/3/2017	Notificação	TATIANA NIQUE FRANZ
0020404-65.2017.5.04.0511	30/3/2017	Mandado	TATIANA NIQUE FRANZ
0021453-78.2016.5.04.0511	30/3/2017	Mandado	TATIANA NIQUE FRANZ
0020150-29.2016.5.04.0511	30/3/2017	Mandado	TATIANA NIQUE FRANZ
0021314-63.2015.5.04.0511	30/3/2017	Mandado	LUCIANO MENEZES ROTA
0020494-10.2016.5.04.0511	30/3/2017	Mandado	TATIANA NIQUE FRANZ
0020480-89.2017.5.04.0511	30/3/2017	Mandado	LUCIANO MENEZES ROTA
0020383-89.2017.5.04.0511	30/3/2017	Mandado	TATIANA NIQUE FRANZ
0021524-80.2016.5.04.0511	30/3/2017	Mandado	TATIANA NIQUE FRANZ
0021612-55.2015.5.04.0511	30/3/2017	Notificação	TATIANA NIQUE FRANZ
0020160-73.2016.5.04.0511	30/3/2017	Notificação	TATIANA NIQUE FRANZ
0020411-57.2017.5.04.0511	31/3/2017	Notificação	TATIANA NIQUE FRANZ
0020311-05.2017.5.04.0511	31/3/2017	Notificação	TATIANA NIQUE FRANZ
0020244-73.2017.5.04.0791	31/3/2017	Notificação	TATIANA NIQUE FRANZ



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020398-58.2017.5.04.0511	31/3/2017	Notificação	TATIANA NIQUE FRANZ
0020492-06.2017.5.04.0511	31/3/2017	Notificação	TATIANA NIQUE FRANZ
0020076-35.2017.5.04.0512	31/3/2017	Notificação	TATIANA NIQUE FRANZ
0020651-48.2014.5.04.0512	31/3/2017	Mandado	TATIANA NIQUE FRANZ
0020586-51.2017.5.04.0511	31/3/2017	Notificação	TATIANA NIQUE FRANZ
0021623-87.2016.5.04.0531	31/3/2017	Notificação	TATIANA NIQUE FRANZ
0020446-17.2017.5.04.0511	31/3/2017	Notificação	ALESSANDRO ARALDI MARCON

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 11.04.2017)

4.3.6 Número de mandados recebidos e cumpridos por Oficial de Justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por Oficial de Justiça avaliador da Central de Mandados de Bento Gonçalves.

Alberto Tawada Junior				
inFOR				
Abr-2015 a Mar-2016 Processos Físicos			Abr-2016 a Mar-2017 Processos Físicos	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	01	01
Citação	66	75	57	56
Condução de Testemunha	02	02	00	00
Notificação	37	41	18	17
Penhora	74	86	71	66
Outros	16	17	21	20
Total	195	221	168	160
PJe				
Abr-2015 a Mar-2016 PJe			Abr-2016 a Mar-2017 PJe	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	283	283	341	332



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Mandado	72	72	76	73
Ofício	02	02	15	14
Total	357	357	432	419

Alessandro Araldi Marcon				
inFOR				
	Abr-2015 a Mar-2016 Processos Físicos		Abr-2016 a Mar-2017 Processos Físicos	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	01	01	01	01
Citação	68	64	53	57
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	35	35	38	38
Penhora	76	77	51	51
Outros	35	34	21	22
Total	215	211	164	169
PJe				
	Abr-2015 a Mar-2016 PJe		Abr-2016 a Mar-2017 PJe	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	295	295	342	340
Mandado	92	92	111	109
Ofício	02	02	07	07
Total	389	389	460	456

Luciano Menezes Rota				
inFOR				
	Abr-2015 a Mar-2016 Processos Físicos		Abr-2016 a Mar-2017 Processos Físicos	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Busca e Apreensão	01	01	01	01
Citação	40	49	30	18
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	43	43	16	16
Penhora	61	65	55	52
Outros	29	30	08	08
Total	174	188	110	95

PJe				
Abr-2015 a Mar-2016		Abr-2016 a Mar-2017		
PJe		PJe		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	263	263	290	286
Mandado	59	59	97	89
Ofício	01	01	12	12
Total	323	323	399	387

Silvana Sant Anna Muller (Coordenadora CCDF)*				
inFOR				
Abr-2015 a Mar-2016		Abr-2016 a Mar-2017		
Processos Físicos		Processos Físicos		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00
Citação	00	00	05	04
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	01	01	05	05
Penhora	00	00	00	00
Outros	00	00	04	04
Total	01	01	14	13
PJe				



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Abr-2015 a Mar-2016 PJe		Abr-2016 a Mar-2017 PJe	
	Recebidos	Devolvidos	
Notificação	48	48	55
Mandado	09	09	12
Ofício	00	00	01
Total	57	57	68

Tatiana Nique Franz				
inFOR				
Abr-2015 a Mar-2016 Processos Físicos		Abr-2016 a Mar-2017 Processos Físicos		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	01	01	00	00
Citação	40	32	37	36
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	37	39	23	21
Penhora	76	72	45	55
Outros	24	25	35	31
Total	178	169	140	143
PJe				
Abr-2015 a Mar-2016 PJe		Abr-2016 a Mar-2017 PJe		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	353	353	329	309
Mandado	61	62	92	108
Ofício	02	02	11	10
Total	416	417	432	427

Jones Márcio Fiorenza Colpo (PAJT Nova Prata)				
inFOR				



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Abr-2015 a Mar-2016 Processos Físicos		Abr-2016 a Mar-2017 Processos Físicos	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00
Citação	01	02	00	00
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	00	00	00	00
Penhora	02	03	08	08
Outros	02	02	00	00
Total	05	07	08	08

*No caso de redistribuição de mandados, é lançada a distribuição no sistema informatizado para a Coordenadora, que entrega o mandado ao Oficial para cumprimento. No sistema fica registrado o nome da Coordenadora.

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e a Central de Mandados de Bento Gonçalves encontram-se vinculadas a Foro Trabalhista de médio porte. A unidade encontra-se bem organizada e a forma de funcionamento é integrada entre a CCDF e a CDM. As instalações são adequadas e o espaço físico é suficiente. O arquivo se situa no subsolo do prédio. A equipe é composta por 03 servidores, 05 Oficiais de Justiça (sendo 01 exclusivo do PAJT de Nova Prata) e 02 seguranças, estes auxiliando diretamente nas Varas inclusive.

O processo eletrônico foi instalado no Foro em 05.09.2014 e, desde então, houve redução no número de processos físicos em tramitação. Com essa alteração, a CCDF passou a auxiliar os advogados no uso do PJe e a prestar informações às partes sobre os andamentos dos processos eletrônicos. Faz a triagem inicial das reclamações no PJe – das 02 Varas de Bento Gonçalves e do Posto de Nova Prata - imprime e lança as petições oriundas do VIPE das duas Varas de Bento, é responsável pelo malote digital, digitaliza os documentos físicos para inserir no PJe e auxilia no CLE. Também é responsável pela zeladoria, segurança e a limpeza do Foro (áreas comuns). Ainda presta auxílio aos advogados no PJe, tanto pessoalmente como por telefone.

Quando recebidos **autos físicos** de outros Foros (Carta Precatórias, processos com declaração de incompetência, processos da Justiça Comum), a unidade realiza a digitalização do processo e seu cadastramento no PJe, faz a triagem inicial e, posteriormente, envia o processo físico à vara designada pelo sistema.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A unidade reduziu a termo, no ano de 2016, duas reclamações verbais. Ademais, constatou-se aumento de pedidos de certidões negativas nesse período em relação ao anterior.

Segundo a Coordenadora, o fato de a CCDF fazer a triagem inicial do PJe possibilita a consulta ao banco de dados do Infor para o cadastramento correto do endereço ou caixa postal das reclamadas. De certa forma, evita que sejam expedidas notificações para endereços errados e diligências desnecessárias dos Oficiais de Justiça.

A unidade também é responsável pelo arquivo do foro. Os processos arquivados estão bem organizados e ainda há espaço para receber outros processos.

É atribuição da CCDF administrar o trabalho da Central de Mandados. Foi constatado aumento no tempo de cumprimento dos mandados, o que, segundo a Coordenadora, se deve à grande extensão territorial bem como à licença para tratamento de saúde de um Oficial de Justiça, o que afeta a produtividade do conjunto. De se observar que os mandados que demandaram maior tempo para cumprimento se referem à execução. Algumas notificações que poderiam ser entregues pelo Correio são designadas, pelas Unidades do Foro, aos Oficiais de Justiça, o que acarreta excesso de trabalho. Segundo a Coordenadora, isso poderia ser evitado pois o Correio da região funciona bem. Também observou que os quatro Oficiais de Justiça de Bento Gonçalves, em período integral, sem afastamentos do trabalho, têm condições de cobrir as urgências e plantões em Nova Prata. Quando o quadro está completo, ninguém é sobrecarregado. São conferidas todas as certidões produzidas nos mandados de processos físicos. Nas férias do Oficial, os mandados são redistribuídos - a cada semana um Oficial é o responsável pela área daquele que está em férias. Nas férias do OJ do Posto de Nova Prata, os Oficiais cumprem os plantões e as urgências daquele posto, situação que se repete em qualquer afastamento do OJ do posto.

A Coordenadora observou que é extensa a área territorial da jurisdição e que está difícil manter o cumprimento em dia em função do afastamento de um Oficial de Justiça por períodos prolongados. Relatou que, no final do ano de 2016, em função das licenças de dois oficiais, o trabalho acumulou muito. Ainda mencionou que há pontos de difícil acesso na cidade, perigosos, onde os oficiais são bastante hostilizados. Todas as situações relatadas geram afastamentos do trabalho, fazendo com que a Coordenadora redistribua os mandados entre o grupo, gerando sobrecarga, mas que há outros foros com movimentação menor cujos oficiais poderiam prestar auxílio nesses períodos.

A Vice-Corregedoria solicitou informações, junto à **Secretaria de Gestão de Pessoas**, sobre a possibilidade de deslocamento/nomeação de um Oficial de Justiça Avaliador para auxiliar o atendimento da demanda do Foro de Bento Gonçalves e de Nova Prata, no período de licença gestante (**180 dias**) da Oficiala Tatiana Nique Franz, que iniciará a licença entre final de julho e início de agosto/2017, sendo acompanhada pelo seu esposo, Jones Fiorenza Colpo, Oficial que atua no Posto de Nova Prata, por um período aproximado de 40 dias (licença-paternidade e férias parciais). Em resposta, a SEGESP informou que será lotado mais um Oficial de Justiça, totalizando seis Oficiais para atender o



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Foro de Bento Gonçalves e Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata.

Questionou a Coordenadora acerca da viabilidade de implantação de um serviço de apoio aos Oficiais de Justiça similar ao existente para as Varas - SAT (Serviço de Apoio Temporário). Também sugeriu que fosse criado, no sistema, um mecanismo que permitisse prorrogar o prazo de cumprimento dos mandados pois, por vezes, há várias providências em um mesmo mandado. O mandado de citação, penhora e avaliação, por exemplo, tem mais de uma diligência mas o prazo é um só; a contagem é da expedição. Muitas vezes o prazo excede porque há diligência dos Oficiais – os quais vão mais de uma vez no local para o cumprimento. Quer a possibilidade de o Coordenador lançar certidão periódica de diligência e de prorrogar o prazo no sistema, quando justificado, tanto no inFOR quanto no PJe.

Cabe ressaltar a presença, durante a inspeção, do Oficial de Justiça Luciano Menezes Rota, que prestou esclarecimentos acerca do trabalho desenvolvido pela central de mandados.

Por fim, pela análise dos dados disponíveis a essa Vice-Corregedoria e pelos obtidos durante a visita, merece parabéns a Coordenadora Silvana Santana Muller e a sua equipe pela dedicação ao trabalho e pelos resultados obtidos.

6 OUVIDORIA

Não consta na Ouvidoria deste TRT nenhum expediente relativo à Coordenadoria da Direção do Foro e Central de Mandados de Bento Gonçalves durante o período correccionado.

7 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

ITEM 3.6 (Livro Carga de advogados)

Determina-se a cobrança dos processos em carga com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 3.6 deste relatório correccional, bem como a redução do lapso para esse fim.

ITEM 4.3.5. (Mandados pendentes de devolução no sistema informatizado)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 4.3.5 deste relatório correccional, bem como a redução do lapso para esse fim.

Determina-se que sejam certificadas as diligências efetuadas, bem como requerida dilação do prazo para cumprimento quando for o caso.

8 PRESENÇAS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Coordenadora e os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves dia 19.04.2017, das 16h às 16h30min, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes a essa Comarca. Compareceu o repórter da “Rádio Difusora” de Bento Gonçalves para entrevista com o Vice-Corregedor. Compareceu, também, a advogada Josana Rivoli, conselheira da OAB/Porto Alegre.

9 PRAZO PARA RESPOSTA

A Coordenadora deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à essa Vice-Corregedoria (através do e-mail vice_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimimento de cada uma das inconsistências detectadas.

10 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Coordenadora Silvana Santanna Muller e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor